

**GT 05 – Estado e Políticas Educacionais****O CONSELHO DE CLASSE COMO ESPAÇO COLETIVO DE DECISÃO E A SUA  
IMPORTÂNCIA NA PROMOÇÃO DA EFICÁCIA E EQUIDADE <sup>1</sup>**Jucinara de Castro Almeida Pinto<sup>2</sup>Maria do Carmo Gomes Ferraz<sup>3</sup>**INTRODUÇÃO**

Um dos grandes desafios da educação refere-se à eficácia na perspectiva de promoção da equidade. Sendo assim, a avaliação do sistema educacional e seus efeitos na sociedade e na vida dos alunos passam a ter um papel estratégico no fortalecimento do repensar o funcionamento do sistema educacional no país, em busca da democratização do acesso e da permanência com sucesso aos milhares de jovens e crianças que necessitam deste serviço como forma de inclusão social e fortalecimento da cidadania plena.

A educação como direito público subjetivo e respeito aos direitos humanos é um dos componentes básicos para uma sociedade democrática que pretende atender às demandas da sociedade na perspectiva da consolidação da cidadania plena e da democracia e da justiça social. Sendo assim, a instituição escolar é produto da cultura e da história, tendo um papel estratégico na sociedade. Todavia, quando ela não é eficiente em seus objetivos e no seu fazer pedagógico e em atender as demandas da comunidade e das subjetividades dos sujeitos

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é resultado parcial do Projeto “Determinantes da Equidade no Ensino Superior” realizado com apoio do Programa do Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – OBEDUC/CAPES/Brasil.

<sup>2</sup> Técnica Administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Câmpus Barreiras, Mestranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia FAGED/UFBA, pesquisadora do OBEDUC.

<sup>3</sup> Professora de Sociologia da Rede Pública do Estado da Bahia; Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Câmpus Barreiras, Mestranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia FAGED/UFBA, pesquisadora do OBEDUC.

aprendentes a mesma precisa ser repensada, avaliada, buscando a sua efetivação e possíveis mudanças de rumo.

Ao considerar o exposto acima, as políticas públicas na área educacional refletem não só os interesses da classe hegemônica no poder e sua visão ideológica de mundo reinterpretadas na legislação, depois de sofrer as pressões da sociedade civil organizada quando lutam pelos seus direitos, sendo um deles o acesso à educação para todos e para cada um e uma educação de qualidade, num processo dialético e contraditório, porém muito rico, quando o debate democrático é proporcionado no âmbito das entidades organizadas que lutam pela educação e ampliação de direitos sociais e de justiça social. Na medida em que a sociedade se democratiza, a escola é pressionada na mesma direção, já que ela é uma instituição histórica e cultural, portanto, reflete a dinâmica do seu tempo e suas contradições.

A educação brasileira vive um momento rico de discussão em busca da sua consolidação na perspectiva de uma educação eficaz, que promova qualidade, equidade e a justiça social. Como a definição dos termos é importante em qualquer estudo, necessária se faz a análise dos significados dos termos eficácia, conselho de classe e equidade na perspectiva educacional.

Promover a articulação entre a eficácia, a equidade e o conselho de classe é um dos elementos importantes na compreensão da exclusão na e da escola, que ocorre através dos fenômenos da reprovação e da evasão escolar, sendo esta um problema na educação brasileira. O que não é uma tarefa fácil, considerando a realidade educacional no nosso país com tantas desigualdades regionais, políticas, culturais e econômicas. Sobre a temática da exclusão Ferraro afirma:

[...] Tal fato sugere que políticas de simples inclusão ou de mera universalização do acesso à escola podem ser acompanhadas do agravamento das taxas de exclusão praticadas dentro da escola, mediante revigoramento dos mecanismos da reprovação e repetência. É por isso que essas duas dimensões da exclusão escolar – a exclusão da e na escola nunca deveriam ser estudadas separadamente (FERRARO, 2004, p.57).

Refletir sobre a exclusão da e na escola significa trazer à tona a questão da equidade, da igualdade, da justiça social e da democracia, especialmente para aqueles segmentos historicamente marginalizados economicamente do contexto social. A eficácia se relaciona ao fazer competente da escola que agrega valor na construção do conhecimento dos alunos, da busca da autonomia para a inserção social, promovendo a qualidade na educação e a equidade. Portanto, estas três categorias: a eficácia, equidade e avaliação precisam estar

interseccionadas e articuladas nas práticas pedagógicas com vistas a uma educação de qualidade, que proporcione a equidade, ou seja, a promoção da justiça social para grupos que são historicamente excluídos desse processo.

A avaliação é cara à educação, tendo um papel importante quando se pretende analisar não só os efeitos da escola na vida acadêmica dos estudantes, bem como a análise das políticas públicas destinadas à educação e sua trajetória.

Neste contexto está presente o Conselho de Classe, que é uma das instâncias responsáveis por avaliar, diagnosticar e definir ações e tomadas de decisão para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a partir de seus indicadores, bem como, no decorrer do processo educacional, identificar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagens e propor soluções coletivas para o atendimento às necessidades individuais dos alunos, com vistas à promoção da equidade e eficácia. Diante do exposto, perguntamos: em que medida o Conselho de Classe, enquanto órgão colegiado e espaço de decisões coletivas, pode contribuir para a promoção da eficácia e da equidade?

Assim, este artigo tem como objetivo analisar o Conselho de Classe enquanto espaço de decisões coletivas e como este pode contribuir na promoção da eficácia e da equidade. Para tanto, no primeiro momento aborda a questão da eficácia. No segundo, trata da equidade na educação como forma de propiciar a igualdade de oportunidades para todos os estudantes e por último, discute o Conselho de Classe e sua importância no processo educacional como uma possível alternativa de solução para consolidação da equidade e da eficácia na educação.

## **A EFICÁCIA E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: A ESCOLA PODE FAZER A DIFERENÇA**

A linha de pesquisa sobre eficácia apresenta algumas denominações para o termo e aponta que alguns pesquisadores utilizam termos diversos para sua nomeação. Alguns preferem nomeá-la como o estudo do efeito-escola e outros denominam escolas eficazes. Segundo Brooke e Soares (2008, p. 10) “Por efeito-escola entende-se o quanto um dado estabelecimento de ensino escolar, pelas suas políticas e práticas internas, acrescenta ao aprendizado do aluno.” Com essa ideia cada escola seria analisada a partir do desempenho dos alunos em função do seu processo de ensino-aprendizagem. Já o termo escola eficaz sinaliza que escolas são diferentes com relação ao seu desempenho em termos de aprendizagens por parte dos alunos. Esta linha de pesquisa surge a partir do relatório Coleman na década de sessenta nos Estados Unidos, conforme sinaliza Brooke e Soares (2008).

Uma educação eficaz é aquela que tem como foco a qualidade de ensino, ou seja, que a escola faz a diferença. Mortimore 1991 (apud Sammons 2008, p. 343) define escola eficaz “como aquela onde os alunos progridem mais do que se poderia esperar, dadas as suas características. [...] uma escola eficaz acrescenta valor adicional aos resultados de seus alunos, em comparação com outras escolas com alunados semelhantes”.

Várias pesquisas têm sido desenvolvidas com relação à questão da eficácia. Ao considerar que a eficácia está relacionada à qualidade da educação, Brooke e Soares (2008) afirmam que a ideia da eficácia é variável entre as escolas dentro da mesma rede ou sistema e com os mesmos recursos. Com relação a esses estudos foi revelado que determinados aspectos do funcionamento da escola, enquanto instituição social, tem significado na efetivação da eficácia escolar como:

[...] o sistema de premiações e punições; a criação de posições de responsabilidade para os alunos; a ênfase no trabalho acadêmico; a liderança; os bons modelos de comportamento estabelecidos pelos professores e o envolvimento dos professores nas decisões da escola (BROOKE E SOARES, 2008, p. 219).

No Brasil as pesquisas sobre eficácia escolar ou efeito da escola na aprendizagem dos alunos da educação básica, se consolidaram a partir de 1990 com as publicações do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, que contou com dados descritivos sobre o desempenho dos estudantes, o que proporcionou a possibilidade do monitoramento do sistema com relação à pesquisa escolar. Depois desse período, as pesquisas foram realizadas no sentido de avaliar os efeitos das escolas na aprendizagem dos alunos.

Segundo Alves e Franco (2008, p. 483) os indicadores educacionais globais são elaborados a partir de dados fornecidos pelos censos e as PNADs – Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios que ocorre a cada dois anos, menos nos anos que ocorre o censo demográfico, e através destes podem ser calculadas “as taxas de analfabetismo, de escolarização bruta e líquida, o número de anos de estudos e os níveis educacionais alcançados pela população em geral e seus subgrupos.” Os dados dos estudos são elaborados com relação à realidade da educação no país e sua estratificação.

As pesquisas brasileiras sobre eficácia escolar ainda são incipientes se comparadas às pesquisas internacionais. Entretanto, foi quando da constituição do GERES - Pesquisa Longitudinal da Geração Escolar em 2005, que vem sendo realizada em articulação com diversas universidades brasileiras que as pesquisas acerca da temática começaram a se consolidar. Alves e Franco (2008) afirmam que o padrão para a pesquisa sobre eficácia

escolar utiliza dados longitudinais, por favorecer ao controle da influência da aprendizagem anterior dos alunos no cálculo do efeito das escolas.

Para Soares e Brooke (2008) somente após a introdução do PRO-AV, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), implantado pela coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES), começa a consolidação de grupos de pesquisa da eficácia escolar no Brasil. O desempenho escolar dos alunos, o fluxo dos estudantes ao longo da trajetória escolar, as modalidades de ensino, bem como o acesso aos sistemas de ensino são a base para se conhecer a realidade educacional de um país.

Desta forma, as pesquisas sobre fatores de eficácia escolar dizem respeito à avaliação das instituições de ensino com relação à aprendizagem dos alunos e seu desempenho acadêmico entre as diversas escolas.

Os fatores associados à eficácia escolar, segundo Alves e Franco (2008, p. 494), citados na literatura brasileira, estão agrupados em cinco categorias, a saber: “recursos escolares, organização e gestão da escola, clima acadêmico, formação e salário docente, ênfase pedagógica.” Observa-se que algumas dessas categorias estão fora do controle das escolas no Brasil, considerando que o sistema educacional define o aporte de recursos que as escolas recebem a partir de projetos implementados pelo MEC, havendo uma centralização dos recursos por parte das secretarias de educação, quando estas tem autonomia na gestão dos 25% destinados à educação, conforme determina a constituição do país. Sem autonomia financeira não é possível desenvolver uma boa gestão.

Os pesquisadores reconhecem que alguns dos fatores associados à eficácia escolar estão fora do controle da maioria das escolas públicas, que respondem por cerca de 90% das matrículas em Educação Básica. No Brasil a existência de infraestrutura, equipamentos e a disponibilidade de professores não dependem diretamente da escola, mas dos sistemas de ensino. Mas os fatores relacionados à organização e gestão escolar, aos objetivos pedagógicos e ao clima acadêmico dependem principalmente dos sujeitos escolares, o que é garantido pela LDB através da autonomia das escolas e da flexibilização curricular (ALVES e FRANCO, 2008, p.498).

Ao se considerar a realidade do Brasil, onde a distribuição de renda é fortemente concentrada nas mãos de poucos segmentos sociais, depara-se com uma segmentação na sociedade e, por sua vez, no sistema educacional, que apresenta uma baixa qualidade da educação se comparada com outros países, inclusive da América Latina, conforme resultados do PISA em 2012.

Os dados apresentados pelo IDEB demonstram a ineficácia do sistema educacional público com relação à proficiência dos alunos e indicam uma nítida diferença no desempenho dos alunos quando se faz um comparativo entre as redes pública e privada.

Neste sentido, é pertinente a discussão acerca da eficácia escolar. Sendo assim a eficácia escolar não se refere simplesmente à promoção da qualidade da educação, mas também a promoção da equidade entre segmentos sociais distintos que estão excluídos da e na escola, especialmente na rede pública, buscando promover a justiça social para todos os segmentos excluídos do processo educacional. Concordamos com Alves e Franco (2008, p. 493) quando afirmam que “esses estudos analisam as estruturas associadas ao desempenho do conjunto dos alunos e que diminuem o efeito das desigualdades do desempenho associados ao gênero, raça/cor ou nível socioeconômico.”.

Paro (2001, p. 157) defende a necessidade de a escola trabalhar para atingir os seus objetivos educativos de forma articulada com a avaliação considerando a administração e sua especificidade, quando afirma: “exige o reconhecimento da especificidade da escola, diferenciando-a, em particular, das instituições mercantis”. Defende, ainda, que as escolas devem ser eficientes no sentido de avaliar o seu fazer pedagógico durante o todo o processo de ensino aprendizagem, combatendo toda forma de resistência à aprovação dos estudantes como direito, especialmente quando se pensa na progressão continuada dos alunos, quando afirma: “Estudar a resistência à aprovação contribui para tornar a administração escolar mais efetiva, na medida em que contribui para a eficácia da escola na realização de seus objetivos” (PARO, 2001, p. 159).

A escola precisa ser eficaz avaliando e questionando os seus índices de evasão e reprovação escolar, no sentido de uma educação pública de qualidade que garanta a justiça social, a equidade, ou seja, uma educação eficaz. Nesse sentido, é necessário e pertinente estudos que enfatizam a importância do desempenho dos alunos na perspectiva de uma escola eficaz.

## **EQUIDADE NA EDUCAÇÃO - RECONHECER AS DIFERENÇAS**

Ligada ao princípio da justiça social, a equidade diz respeito às diferenças na perspectiva da igualdade de condições na sociedade. O direito de possuir diferenças legalmente reconhecidas permite ao ser humano a possibilidade de inclusão dentro de um sistema social, sinaliza Sposati (2010).

A ausência de equidade provoca a iniquidade, isto é, inexistência de acesso justo e igual para que todos superem suas necessidades e tenham igualdade distributiva ou redistributiva na qualidade de atenção a essas necessidades e acesso a oportunidades construídas pela sociedade. Não ter acesso à energia elétrica, à água tratada, ao transporte público são expressões de iniquidade. Portanto, a equidade social significa, nesse âmbito de políticas públicas, um equilíbrio na distribuição de benefícios e acessos construídos pela sociedade (SPOSATI, 2010, página web).

A civilização tem na equidade a consolidação de um valor ético fundamental para garantia da justiça social e consolidação do valor de pertencer a uma comunidade e ser respeitado o direito de ser diferente. “A desigualdade dos diferentes enquanto humanos é a forma mais radical da produção das desigualdades.” Arroyo (2010, p. 274). Portanto, os direitos são consolidados na medida em que a sociedade passa por transformações e uma nova dinâmica social é estabelecida.

Na visão de Bobbio (1992, p. 77) “a conexão entre mudança social e mudança na teoria e na prática dos direitos fundamentais sempre existiu.” Nesse sentido, a questão do direito à educação é fundamental como forma de inclusão e garantia da equidade. Entretanto, verifica-se hoje no Brasil que a universalização do acesso à educação já não basta, mas que é preciso também promover o sucesso, especialmente quando se evidencia no sistema educacional um elevado índice de reprovação e exclusão na e da escola.

A escola deve pensar sobre o seu fazer pedagógico, que é também político, e a partir dessa reflexão intervir quando necessário, a fim de atingir aos seus objetivos propostos no seu projeto pedagógico, especialmente, no que diz respeito à redução da reprovação e da evasão escolar e na consolidação da aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, concordamos com Santos (1992, p.18) quando afirma que “não é suficiente simplesmente garantir o acesso à escola, tornando-se necessário, também garantir a permanência dos alunos na escola com sucesso”. Esta perspectiva aponta para a equidade, a eficácia na educação e autonomia dos alunos, como forma de justiça social, especialmente para as classes que, historicamente, já são excluídas do ponto de vista econômico e social.

A educação como direito público subjetivo e respeito aos direitos humanos é um dos componentes básicos para uma sociedade democrática que pretende atender às demandas da sociedade na perspectiva da solidificação da cidadania plena, da democracia e da justiça social. Sendo assim, a instituição escolar é produto da cultura e da história, tendo um papel estratégico na sociedade. Todavia, quando ela não é eficiente em seus objetivos e no seu fazer pedagógico, em atender as demandas da comunidade e das subjetividades dos seus atores sociais, a mesma precisa ser repensada, avaliada para a sua efetivação e possíveis mudanças de rumo.

Um dos grandes desafios hoje da instituição escolar é conviver respeitando as diferenças, as subjetividades e as diversidades. Segundo Dionísio (2010, p. 226) a meta maior da instituição educacional, hoje, seria articular “a garantia da igualdade de oportunidades; o reconhecimento do mérito e do sucesso educativo; a promoção da autonomia do estudante na construção do seu projeto de vida futuro.” Na visão do citado autor, essa perspectiva de justiça é incompatível com a lógica de um modelo mercantil presente hoje na educação, na medida em que dificulta a articulação dessas três dimensões em função das desigualdades na escola e a ineficiência do sistema educacional brasileiro em promover a equidade e uma educação de qualidade.

Desse modo, ter acesso ao ensino não é garantia de ser beneficiado por ele, pois pode ocorrer o processo de “marginalização por dentro”, conforme afirma Bourdieu (apud Andrade e Neto, 2007, p.58). A escola é habitada por excluídos potenciais. Nessa linha de raciocínio, a equidade para ser atingida dependeria da boa qualidade da escolaridade básica, como garantia dos direitos humanos, quando afirmam que: “Para tanto, os sistemas educacionais que não respeitam clara e decididamente os direitos humanos não podem ser consideradas de boa qualidade, já que a qualidade é pré-requisito fundamental para atingir a equidade” (ANDRADE e NETO, 2007, p.77).

Concorda-se com os autores quando estes defendem que existe uma articulação entre qualidade dos sistemas escolar, político e social com a qualidade da educação. Houve uma democratização quanto ao acesso à escola no Brasil, no entanto, não necessariamente à educação, ao conhecimento e à aprendizagem. Não houve uma interseção entre o direito ao acesso e o direito à aprendizagem, especialmente considerando que a educação ocorre durante toda a vida. A não articulação entre o direito ao acesso e o direito à aprendizagem constitui um desrespeito aos direitos humanos.

Andrade e Neto (2007) afirmam que:

Por fim, vale lembrar que a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos humanos, realizada em Viena, em 1993, reafirmou o caráter individual e independente dos Direitos Humanos anunciando que os direitos econômicos sociais e culturais (Desc), que incluem a educação devem ser considerados com o mesmo nível de importância que os direitos civis e políticos, sendo, portanto, de responsabilidade de todas as instâncias governamentais. Em outras palavras àqueles que detêm o poder econômico e político, em todos os níveis, devem respeitar e proteger esses direitos (ANDRADE e NETO, 2007, p.77).

Outro autor que discute a questão do fracasso escolar relacionado à exclusão social na sociedade capitalista com a exclusão na escola é Freitas (2002), que no seu artigo sobre a



internalização da exclusão, argumenta a dificuldade de tornar o sistema educacional justo numa sociedade marcada por profundas injustiças sociais, quando afirma que:

Particularmente, do ponto de vista da teoria da educação, acho que a década de 1990 não foi uma década perdida e vai nos ensinar muito. Entre seus ensinamentos, certamente estará o de que não é possível querer “justiça com as próprias mãos” e “tornar o sistema educacional um sistema justo” em meio a uma sociedade que aprofunda a injustiça do lado de fora da escola, e mantém antigas e cria novas formas de exclusão dentro e fora da escola, e cuja determinação fundamental não foi alterada nos últimos 400 anos – ou seja: a exploração do homem pelo homem. O canto da sereia sobre “equidade” começa a desafinar (FREITAS, 2002, p. 300).

Neste sentido, Freitas (2002) defende que a luta pela equidade e pela educação de qualidade não é uma tarefa individual, mas que precisa ser travada com o apoio de amplos movimentos sociais emancipatórios que questionem radicalmente as bases das relações de exploração atuais e critica a lógica da educação centrada na qualidade, numa visão mercadológica e desarticulada da real qualidade de vida dos estudantes.

### **CONSELHO DE CLASSE: ESPAÇO COLETIVO DE DECISÃO SOBRE AS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS**

Conforme origem etimológica a palavra conselho vem do latim *Consilium*. Por sua vez, *consilium* provém do verbo *consulo/consulere*, significa receber/emitir parecer sobre determinadas questões de forma ponderada e de bom senso. “Significa uma via de mão dupla: ouvir e ser ouvido” (CURY, 2000, p.47).

Nesse contexto insere-se o Conselho de Classe, que é um espaço efetivo de avaliação e de integração com o coletivo escolar, na perspectiva de analisar as reais necessidades de aprendizagem dos alunos a partir das suas subjetividades.

Dalben (2006), uma referência teórica em Conselho de Classe, apresenta a seguinte definição:

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização escolar, em que vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos (DALBEN, 2006, p.31).

Podemos indicar que o Conselho de Classe é um dos poucos momentos existentes nas instituições escolares que permite a discussão e análise coletiva do processo de ensino,

sendo assim, pode representar uma possibilidade de inovação, como a participação direta e crítica de todos os envolvidos no processo pedagógico, processos avaliadores capazes de redirecionar as práticas vigentes, visando à melhoria da construção do conhecimento.

Esta instância ainda tem um papel fundamental no processo de avaliação, pois através das análises diversas dos participantes é possível estruturar um trabalho pedagógico por meio de um fazer coletivo. Na apreciação de Dalben (1992) pode ser caracterizado por três eixos básicos: a interdisciplinaridade, a avaliação como central do processo de ensino e a participação direta efetiva e articulada dos profissionais que atuam no processo pedagógico. Assim, “O Conselho de Classe guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar.” (DALBEN, 1992, p.16)

Ainda segundo a autora citada (2006, p.33), outra característica fundamental do Conselho de Classe “é configurar-se como espaço interdisciplinar de estudo e tomada de decisão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola e, nesse sentido, é um órgão deliberativo sobre as práticas pedagógicas”.

Face ao exposto, o Conselho de Classe deve ser um momento especial na organização do trabalho pedagógico, de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho coletivo e que pode fomentar transformações nas práticas pedagógicas.

Um aspecto importante indicado por Cruz (2011, p.5) é que “o Conselho de Classe se transformou em instância de julgamento dos alunos, sem direito à defesa e em espaço de críticas improdutivas sobre a prática pedagógica.” Observa-se também que as questões disciplinares se sobrepõem às de aprendizagem. A participação efetiva de professores, pedagogos e direção permite que se desenvolva um processo educativo de reflexão e discussão coletiva sobre a prática de toda escola possibilitando uma visão de conjunto e de como se dá a construção do projeto pedagógico.

Destacamos a avaliação em seus aspectos diagnóstico e formativo, no sentido de que esta conduz a um ajuste no trabalho pedagógico. Assim, avalia-se a atuação dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem e, conseqüentemente, poderá ocorrer a organização do trabalho pedagógico, cuja finalidade “deve ser a produção de conhecimento *por meio do trabalho com valor social*; a prática refletindo-se na forma de teoria que é devolvida à prática, num circuito indissociável e interminável de aprimoramento” (FREITAS, 2011, p.100).

Para Tenório e Lopes (2012, p.7), a avaliação é definida como “uma atividade que consiste no levantamento de informações fidedignas e precisas sobre um objeto ou processo, para subsidiar uma tomada de decisão com vistas à melhoria do objeto ou processo”. Dessa

forma, a avaliação da prática educativa pelo conjunto dos professores e demais técnicos envolvidos no a dia a dia da educação é muito importante e não deve ser apenas um momento formal ou terminal para satisfazer a burocracia da escola e do sistema. Esse momento, se trabalhado numa perspectiva de crescimento e análise das ações pedagógicas, podem nos levar a fazer uma reflexão sobre o nosso desempenho individual e também coletivo, para que possamos avançar na melhoria do trabalho da escola, com vistas ao sucesso das metas estabelecidas, bem como reavaliar constantemente as nossas ações educacionais.

Paro (2001, p.39) acredita neste princípio: “em educação, é pela realização de um bom processo que se podem aumentar as probabilidades de realização de um bom produto;” daí a importância da constante e adequada avaliação desse processo.

Para Tenório e Ferreira (2010) no processo de produção do conhecimento no campo educacional, a construção de indicadores tem um destaque especial por propiciar a discussão da validade relacional entre teoria e a realidade empírica. Dentro dessa perspectiva, os indicadores de qualidade se revelam como um elemento, sinal ou aviso que revela ou denota características especiais ou qualidade, que aponta uma direção, mostrando a conveniência de, ou aconselhando alguma ação e asseveram que:

Os indicadores de qualidade, assim, são fundamentais para acompanhar as mudanças na dimensão de realidade que se quer avaliar, permitindo:

- a) consolidar informações relevantes, úteis e a apreensão imediata de aspectos da realidade;
- b) aprimorar a gestão;
- c) desenvolver políticas;
- d) trocar informações entre instituições regiões, municípios, etc.;
- e) apoiar ações de caráter gerencial e de monitoramento que justificam a criação e utilização de indicador de qualidade em educação (FERREIRA e TENÓRIO, 2010, p. 145)

Assim, o Conselho de Classe realiza a avaliação diagnóstica da própria avaliação praticada na sala de aula, em suas diversas representações. Representa uma instância privilegiada e oferece a oportunidade de discutir e avaliar o trabalho de toda a equipe escolar e a situação do aluno naquele momento (CRUZ, 2011).

Devemos pontuar ainda que legalmente instituído, o Conselho se integra também à avaliação formativa uma vez que é uma instância avaliativa do trabalho pedagógico da escola e da sala de aula visando ao seu desenvolvimento. Assim, além de instância coletiva, se caracteriza como órgão deliberativo, enquanto espaço de tomada de decisões a respeito do trabalho pedagógico escolar.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- IFBA- o Conselho de Classe está normatizado na Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde estão identificados: definição, composição e funcionamento, competências e determinações. Nesse documento, o Conselho de Classe apresenta uma estrutura compatível com os conceitos e definições citadas e se situa como órgão colegiado responsável por realizar uma avaliação diagnóstica e por apontar ações coletivas convergentes a uma reorganização do trabalho pedagógico.

No IFBA/Câmpus de Barreiras as reuniões de Conselho de Classe acontecem ao término de cada unidade, onde docentes, discentes e o corpo técnico pedagógico se reúnem para avaliar o processo de aprendizagem durante a unidade. No primeiro momento, o aluno representante de turma participa avaliando o trabalho realizado pelos docentes e pelos setores da escola: direção, departamentos de ensino e administrativo, coordenação pedagógica, cantina, biblioteca, enfim, de todos os setores da Instituição. Em um segundo momento, os docentes avaliam o desempenho dos alunos e propõem encaminhamentos, quando necessário. Entretanto, nem todos os professores participam, nota-se um esvaziamento nas reuniões. Observa-se que diversos problemas acerca do processo de aprendizado são apontados, mas todos são relacionados ao aluno – falta de base, falta estudo, problemas de comportamento - nunca direcionando algum problema para o processo de ensino e, além disso, os problemas não são discutidos de maneira que venham a contribuir para a reorganização do trabalho pedagógico e para a promoção da eficácia e da equidade, portanto, esta prática precisa ser repensada de modo a atender o que está preconizado na organização didática da Instituição.

Dalben (2006) define que são as relações que os sujeitos estabelecem com suas práticas que irão definir os caminhos que o Conselho de Classe adotará: o do compromisso com a melhoria do processo, podendo ocorrer através da reorganização do trabalho pedagógico; ou o da reprodução da cultura escolar arraigada ao autoritarismo, que inevitavelmente levará à seletividade, à exclusão.

Ao se observar o exposto, deve-se ressaltar a importância do Conselho de Classe no sentido de se repensar a prática da exclusão na escola, da seletividade na medida em que esses processos não contribuem para a consolidação de uma escola eficaz e equânime, simplesmente reproduzindo um processo que ocorre na sociedade, que é a relação de exclusão social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este artigo, sinalizamos que a educação pública brasileira precisa melhorar os indicadores de desempenho dos alunos com relação aos índices de reprovação e de evasão escolar, pois ocorre um processo de exclusão dos alunos na escola no que diz respeito à sua promoção e regularização do fluxo. Os resultados dos desempenhos dos estudantes brasileiros que participaram do IDEB e do PISA mostram que o nosso sistema educacional precisa avançar em termo de qualidade da educação, da eficácia e da equidade, haja vista os últimos desempenhos dos estudantes. Daí a defesa da importância do Conselho de Classe de forma colegiada, como momento estratégico de se repensar as especificidades e as subjetividades dos alunos no processo educacional.

Nessa linha de raciocínio citamos como exemplo o IFBA/Câmpus de Barreiras no que tange ao desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos de Alimentos, Edificações e Informática, na modalidade Ensino Médio Integrado a Educação Profissional no ano letivo de 2013. Conforme Tabela 01, em anexo, identificamos um índice de reprovação de 49% nas séries iniciais. Quando se refere aos cotistas estes percentuais chegam a 69%, contra 21% de aprovação. O que mostra que não há equidade no que se refere à inclusão dos alunos e o atendimento às suas reais necessidades, especialmente no que diz respeito ao seu desempenho acadêmico. Portanto, este fenômeno contribui para a exclusão dos alunos na escola, não garantindo assim o acesso com sucesso a uma significativa parcela de estudantes, no sentido da eficácia e da equidade.

Diante do exposto acima, pergunta-se: somente a universalização do acesso dos alunos na rede pública de ensino é suficiente para a garantia da equidade? Que políticas, programas e estratégias se fazem necessárias para o reconhecimento das diferenças individuais, bem como dos tempos de aprendizagens dos alunos a partir das suas necessidades, vivências e subjetividades, para garantia efetiva da equidade?

Uma instituição de educação que busca a qualidade de ensino, a eficácia e equidade, bem como a inclusão deve avaliar e refletir sobre a sua função, a sua prática, o seu fazer pedagógico. Ademais, o Conselho de Classe poderá contribuir para a efetivação da equidade e da eficácia, uma vez que é um processo de reflexão coletiva acerca das práticas pedagógicas, quando pensa coletivamente sobre as necessidades de aprendizagem dos alunos e estratégias são formuladas, coletivamente, para a superação da exclusão e da seletividade dos alunos na escola e formas mais democráticas e efetivas de construção do conhecimento são consolidadas na escola.

Assim, podemos concluir que a *práxis* escolar transformadora exige decisões colegiadas a partir das avaliações das práticas pedagógicas. Deste modo, destacamos a importância do Conselho de Classe como um espaço fundamental na estruturação do fazer pedagógico; pois, muito além de uma reprodução das práticas de avaliação, de forma fragmentada e desarticulada, praticadas no dia a dia da escola, o Conselho de Classe, legalmente instituído, se afirma como uma instância colegiada capaz de reorganizar o trabalho pedagógico, buscando se efetivar como um espaço de práticas transformadoras que promovam a equidade, eficácia, portanto, uma educação na perspectiva da justiça social.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco Soares. **As pesquisas sobre o efeito das escolas:** contribuições metodológicas para a Sociologia da Educação. Sociedade e Estado, Brasília, v.22, n.2, p.435-473, maio/ago. 2007. Disponível em: Acesso em: 12 de outubro de 2013
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FRANCO, Creso. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil. In SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel. **Pesquisa em eficácia escolar:** origens e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ANDRADE, Eliane Ribeiro; NETO, FARAH. Juventudes e Trajetórias Escolares: conquistando o direito à educação. In ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Educação e Diversidade; UNESCO, 2007. - (Coleção Educação para todos).
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Igualdade e equidade:** qual é a medida da justiça social? Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.18, n.1, p. 129 – 150, mar. 2013. Disponível em: Acesso em: 18 de janeiro de 2014.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Campos, 1992.
- CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. **Conselho de classe:** espaço de diagnóstico da prática educativa escolar. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- CURY, Carlos R. Jamil. Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.
- DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Trabalho escolar e Conselho de Classe.** São Paulo: Papyrus, 1992. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).
- \_\_\_\_\_. **Conselho de Classe e avaliação** - perspectivas na gestão pedagógica da escola. 3. ed. - Campinas: Papyrus, 2006. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

FERRARO, Alceu Ravanello. **Escolarização no Brasil na ótica da exclusão**. In MARCHESI, Álvaro; HERNANDEZ, Gil Carlos (Orgs). *Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural*; Trad. Ermani Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. *Avaliação educacional e indicadores de qualidade: um enfoque epistemológico e metodológico*. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçai de Magalhães (Orgs). **Avaliação e gestão: teorias e práticas**. – Salvador: EDUFBA, 2010.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do trabalho pedagógico e da didática**. 11ª ed.- Campinas, SP: Papyrus, 2011 – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

\_\_\_\_\_. **A internalização da exclusão**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 299-325 303. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 13 de maio de 2014.  
MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: campo, conceito e pesquisa**. - 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MURILLO, Francisco Javier. *Um panorama da pesquisa ibero – americana sobre a eficácia escolar*. In SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel. **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFDMG, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação escolar: renúncia à educação**, São Paulo: Xamã, 2001.  
TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçai de Magalhães; FERREIRA, Rosilda Arruda. *A avaliação só se completa com a melhoria do processo avaliado*. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçai de Magalhães (Orgs). **Avaliação e resiliência: diagnosticar, negociar e melhorar**. – Salvador: EDUFBA, 2012.

TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçai de Magalhães (Orgs). **Avaliação e gestão: teorias e práticas**. – Salvador: EDUFBA, 2010.

SAMMONS, Pam. *As características-chave das escolas eficazes*. In SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel. **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SANTOS, Oder José dos. **Pedagogia dos conflitos sociais**. Campinas, SP: Papyrus, 1992. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

SOARES, José Francisco; BROOKE, Nigel. **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFDMG, 2008.

## GRÁFICOS E TABELAS

Tabela -1: Desempenho dos alunos cotistas no ano letivo de 2013, no IFBA Campus Barreiras nas séries iniciais na modalidade integrada.

CURSO	Nº	%	AP	%	RP	%	CAN	%	TRANS	%
<b>INFOR</b>	44	100%	14	32%	29	66%	-	-	01	2%
<b>ALIM</b>	24	100%	03	13%	18	75%	01	4%	02	8%
<b>EDIFI</b>	43	100%	06	14%	30	70%	02	5%	05	11%
<b>TOTAL</b>	111	100%	23	21%	77	69%	03	3%	08	7%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de CORES – COORDENAÇÃO DE REGISTROS ESCOLARES

Tabela-2: Desempenho dos alunos no ano letivo de 2013, no IFBA Campus Barreiras nas séries iniciais na modalidade integrada.

<b>CURSO</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>AP</b>	<b>%</b>	<b>RP</b>	<b>%</b>	<b>CAN</b>	<b>%</b>	<b>TRANS</b>	<b>%</b>
<b>INFOR</b>	116	100	55	47	52	45	-	-	9	8
<b>ALIM</b>	93	100	36	39	51	55	1	2	4	4
<b>EDIFI</b>	123	100	48	39	60	49	2	2	13	10
<b>TOTAL</b>	332	100	139	42	163	49	3	1	26	8

Fonte: Elaboração dos autores a partir de CORES – COORDENAÇÃO DE REGISTROS ESCOLARES